



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

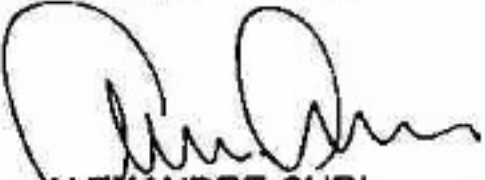
Redação Final ao Projeto de Lei nº 036/12


Declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo aos Animais de Cruzeiro do Oeste "Arca de Noé", com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.


Art. 1º Fica declarada Utilidade Pública a Associação de Amparo aos Animais de Cruzeiro do Oeste "Arca de Noé", com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2012.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator





DEP. LUIZ EDUARDO CHEIDA E JR. BATISTA

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº. 465/11
LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 01 JUN. 2011

1º Secretário

Súmula: *Proíbe a comercialização de cigarros com aditivos que dão sabores no Estado do Paraná*

Art. 1º - Fica proibida a comercialização de quaisquer cigarros que tenham aditivos para dar sabor, aroma ou equivalente, em todo o território paranaense.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, as empresas, fabricantes e os pontos de comercialização ficarão proibidos de dispor, vender e transportar cigarros que contenham sabores (aromatizantes), como os mentolados, de chocolate, morango entre outros.

Parágrafo único. Ficam também proibidos comerciais, cartazes, stands, e outros meios de divulgação que contenham cigarros com aditivos de sabor.

Art. 3º - As pessoas jurídicas ou físicas que comercializarem cigarros que contenham os aditivos de sabor estarão sujeitas as seguintes penalidades:

- I) Apreensão de todo o estoque em desacordo com esta lei;
- II) Multa de 10 (dez) a 10.000(dez mil) Unidades de Padrão Fiscal do Paraná.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas ou físicas que forem reincidentes terão aplicação da penalidade prevista no inciso II deste artigo em dobro e triplo, sucessivamente, e estarão sujeitas a interdição do estabelecimento.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 03

Art. 4º - A fiscalização e a aplicação das sanções ficará ao encargo da Secretaria de Estado da Saúde, e do Departamento de Vigilância Ambiental - DEVA, nos termos e atribuições previstos no inciso XIX do art. 2º do Anexo ao Decreto Estadual 777/07.

Art. 5º - Os estabelecimentos que comercializam cigarros terão o prazo de 60 (sessenta) dias para se adequarem a presente lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de junho de 2011.

LUIZ EDUARDO CHEIDA
Deputado Estadual - PMDB

DR. BATISTA
DEPUTADO ESTADUAL - PMN



JUSTIFICATIVA

"Como o tabaco tem um gosto ruim, esses aromas facilitam a iniciação ao cigarro. O aditivo é um truque sujo para conquistar os jovens". Esta afirmação é do Sr. Agenor Álvares, diretor da ANVISA (agência de Vigilância Sanitária), e com esta frase resume a intenção deste legislador em proibir os cigarros com sabores.

Anualmente o consumo de cigarros entre os adultos com mais de 30 anos vem decrescendo, e infelizmente o consumo de cigarros entre a população jovem vem aumentando, e estudos demonstram que um dos motivadores para o consumo juvenil é a adição de sabores aos cigarros.

Em 2007 23% da população brasileira era fumante, em 2010 este número caiu para 19%. Isto significa que aproximadamente 7,6 milhões de pessoas abandonaram o fumo (seja por morte, doenças ou por meios voluntários). Com esta queda os fabricantes investiram em novas apresentações, colorindo os cigarros e em especial adotando cigarros com sabores.

A estratégia parece que está dando certo, afinal dos fumantes brasileiros 36% tem entre 16 e 34 anos, sendo que 15% dos fumantes tem menos de 24 anos. Uma pesquisa realizada entre 2002 e 2005 apontou que 44% dos adolescentes e jovens fumam cigarros aromatizados.

Estudos recentes confirmam que os cigarros mentolados além de facilitadores da iniciação ao tabagismo, são considerados mais viciantes e, portanto, seus consumidores têm mais dificuldade de largar o cigarro. O mentol age como um analgésico, diminuindo a irritação na garganta e nos pulmões, e também potencializa os efeitos da nicotina, razões que comprovam seu perigo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 05

A ANVISA estuda medidas de proibir cigarros aromatizados, com esta lei o Paraná mais uma vez dará exemplo para o nosso país na promoção da saúde humana.



AO DOUTO PLENÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

AO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

O Deputado adiante assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, com fulcro no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vem apresentar de forma legítima e tempestiva **RECURSO AO PLENÁRIO** do **IMPROVIMENTO DO RECURSO** apresentado à Comissão de Constituição e Justiça do Parecer exarado pelo Nobre Deputado Estadual César Silvestre Filho sobre o **PROJETO DE LEI Nº 465/2011**, pelos motivos que passa a aduzir.

I – Preliminarmente



Dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá se manifestar sobre a constitucionalidade dos projetos apresentados.

Assim cabe demonstrar que, dentre as atribuições previstas no Regimento Interno, é de competência da Comissão de Constituição e Justiça, manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa.

Dessa atribuição regimental deve-se entender que a Comissão deverá observar se o Projeto de Lei se coaduna com a Constituição Federal e Estadual, bem como se harmoniza com o ordenamento jurídico vigente.

Vedando-se à CCJ, e as demais comissões, a apreciação do mérito dos projetos, uma vez que as discussões de mérito são de exclusiva atribuição do plenário desta Casa de Leis.

Ch
Recebido
em 17/10/11



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 03

8

Diante de uma decisão desfavorável poderá o autor apresentar recurso do Parecer do relator, situação em que será designado novo relator e nova votação será realizada. Tendo mais uma vez um parecer aprovado de forma desfavorável cabe, ainda, **ao parlamentar se insurgir e requerer uma reapreciação desta vez no plenário da Assembléia.**

Oportuno salientar que no caso em tela, normativas administrativas, como resoluções, atos administrativos e atribuições administrativas oriundas de lei **não retiram o poder soberano de legislar do Poder Legislativo.**

II - Dos Fatos e dos pareceres

/ O Deputado que a este subscreve apresentou Projeto de Lei que **proíbe a comercialização de quaisquer cigarros que tenham aditivos para dar sabor, aroma ou equivalente, em todo o território paranaense.**

Apresentado o PL, o mesmo seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça, sendo designado o Deputado Relator o Sr. Élio Rusch.

Inicialmente o Projeto de lei em tela recebeu parecer desfavorável. Para ilustrar o presente recurso trago alguns fundamentos do parecer inicial ao Projeto de Lei.

O Nobre Deputado Estadual Élio Rusch em seu parecer arguiu que o Projeto de Lei em tela é ilegal, pois contrapõe Lei Federal em vigor. Em síntese fundamenta a ilegalidade sobre a tese de que caberia a ANVISA a legislação sobre o tema.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 04

O Deputado relator afirma:

"Quanto à análise da matéria ora proposta, ressalta-se que a competência para regular a venda, produção e consumo de produtos e insumos cabem a ANVISA"

Ora, o deputado afirmou que é de competência da ANVISA regular a venda, consumo, etc., e não de legislar, pois a atividade legislativa é exclusiva do Poder Legislativo, e nenhuma outra instituição poderá invadir esta competência, a não ser de forma delegada e explícita, e mesmo assim nunca, sobre nenhuma hipótese, poderá suplantá-la, leia-se, ser superior a atividade do legislador.

Segue na argumentação, o nobre parlamentar relator, citando o artigo 7º, inciso XV e artigo 8º, §1º, inciso II, da lei federal nº9782/1999, os quais transcreve-se novamente:

"Art. 7º Compete a Agência (...) devendo:
(...)"

XV - proibir a fabricação, a importação o armazenamento a distribuição e a comercialização de produtos e insumos, em caso de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde"

Como se não fossem suficientes os equívocos, *data vênia*, do nobre relator, segue a citação do artigo 8º extraído do mesmo parecer:

"Art. 8º Incumbe a Agência respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

§1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

X - cigarros, cigarrilhas, charutos e qualquer outro produto fumífero, derivado ou não do tabaco;"



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 05

Em síntese o Deputado Élio Rusch afirmou que o presente projeto é inconstitucional, pois feriria a Lei Federal nº9782/1999, pois caberia a ANVISA, ente do Poder Executivo regular, disciplinar e, portanto, legislar EXCLUSIVAMENTE sobre cigarros e semelhantes.

Inconformado com esta decisão o parlamentar que a este subscreve apresentou uma impugnação ao relator r. citado. O nobre Presidente da CCJ designou novo relator, o Deputado Cesar Silvestre Filho. O nobre parlamentar então apresentou novo parecer com os argumentos semelhantes ao do nobre Deputado Élio Rusch.

O parlamentar Cesar Silvestre Filho ao manter os argumentos declara que cabe a ANVISA legislar sobre cigarros. Transcreve-se os argumentos do nobre deputado:

"Cumpre salientar que a competência para regular a venda, produção e consumo de produtos e insumos cabem a ANVISA.

...

Tal competência está estabelecida nos artigos 7º, XV e 8º, §1º, II, da LEI FEDERAL Nº 9782/1999, que define o sistema nacional de vigilância sanitária, cria a agência nacional de vigilância sanitária e dá outras providências, senão vejamos:

"Art. 7º Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos Incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo:

(...)

XV – proibir a fabricação, a importação, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de produtos e insumos, em caso de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde;

An



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D/L.
Fls. 06
8

Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

§1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

(...)

X - cigarros, cigarrilhas e qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco;"

Observe-se que o ilustre Deputado afirmou que não poderia o legislador estadual disciplinar o consumo, comércio e distribuição de cigarros e afins, uma vez que a ANVISA é a única competente para estes fins.

Ocorre que o próprio relator afirma que o controle, a fiscalização e a proibição dos cigarros pela ANVISA decorrem de lei, ou seja da atividade parlamentar. Tanto os artigos 7º e 8º da citada lei federal, trazem argumentos que submetem a ANVISA a legislação e não dão a esta autarquia poder de legislar.

Continua o nobre relator a afirmar que a atividade do legislador foi destituída em favor de um ente do Poder Executivo, afirmando, inclusive que resoluções do órgão impedem outras legislações sobre o assunto:

"A resolução nº 46 de 2001 da ANVISA é a responsável em maximizar os teores máximos dos componentes do cigarro, conforme artigo 1º, senão vejamos:

Art. 1º Estabelecer os teores máximos permitidos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono presentes na corrente primária da fumaça para os cigarros comercializados no Brasil.



Diante do exposto, resta claro que o presente projeto de lei é ilegal por conter vício de iniciativa, tendo em vista que a competência para regulamentar o assunto abordado no presente projeto de lei é de competência da UNIÃO, através do Ministério da Saúde - ANVISA."

Infelizmente houve uma aberração constitucional ao se cogitar a desistência do Poder de Legislar deste Poder, dando a uma autarquia do Poder Executivo atribuição exclusiva para legislar sobre os cigarros.

Sem adentrar, ainda neste equívoco, a própria argumentação do Deputado César Silvestre Filho, tal como a do deputado Élio Rusch, **explicita que a ANVISA cumpre a LEGISLAÇÃO EM VIGOR, e não produz lei.**

Veja -se, regular significa disciplinar, fiscalizar, e não legislar, é o que afirma a lei, a regulação de que trata a Lei Federal nº 9782/1999, que cria a autarquia ANVISA, **não dá a este órgão competência legislativa, uma vez que seria absolutamente inconstitucional, aliás, repita-se a lei federal deixa claro que a ANVISA deverá cumprir a legislação. Como, aliás, todo e qualquer ente do Estado.**

Compete a Agência, então, **CUMPRIR A LEGISLAÇÃO PERTINENTE**, esta é a alegação trazida pelo próprio relator. Cumprir a Legislação significa que a ANVISA deverá se subordinar a legislação pátria e não produzir leis, insistentemente repete-se.

A resolução nº 46 de 2001, citada pelo nobre parlamentar, regula os teores máximos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono, onde nesta resolução está escrito que a ANVISA regulará os aditivos de sabores, aromas, e similares??? Ou melhor, em qual parte do presente Projeto de Lei pretendem os autores regularem ou modificar os teores máximos de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono?

Criou-se, assim uma argumentação em que o Poder Legislativo do Estado do Paraná não poderá mais legislar

Ar



nenhuma matéria de saúde pública, uma vez que a ANVISA regulará os produtos nocivos à saúde.

III – DA LEGISLAÇÃO FEDERAL

Além dos motivos já exalados, demonstrando que o próprio relator em seu parecer se equivoca ao alegar a ilegalidade do presente projeto, já que na fundamentação cita uma lei federal que demonstra justamente o contrário, **ou seja, cabe ao legislador disciplinar em lei quais produtos e serviços devem ser regulados e fiscalizados pela ANVISA. Ou seja, bastaria a citação da própria lei federal trazida pelo nobre relator para demonstrar a LEGALIDADE do projeto de lei em tela e não o contrário.**

Mas, no sentido de contribuir, de demonstrar e assegurar a esta Casa sua competência legislativa ao mesmo tempo em que ilumina-se a questão com nossa Carta Maior.

A República Federativa do Brasil rege-se pela Constituição como norma máxima e constitutiva do Estado/Nação Brasil. Todo o ordenamento deverá estar recepcionado e submetido aos dispositivos e princípios exarados desta Carta.

Ou seja, deve todo legislador, todo administrador público, todos os julgadores, e toda a população, enfim, estar subordinado à Constituição. E é dessa Constituição que extraímos o princípio da divisão dos três poderes.

Desta independência e do princípio da divisão dos três poderes que se extrai que a atividade legislativa é atribuição do Poder Legislativo. Sendo que o chefe do Poder Executivo, os Presidentes dos Tribunais e os Procuradores Gerais poderão propor leis de natureza específica de suas ações.



Afirmar que uma lei federal outorgou a uma autarquia o poder EXCLUSIVO de legislar sobre assuntos desta natureza, é por em risco o Estado Democrático de Direito e permitir trincar, para não dizer fraturar, um princípio básico e norteador do Estado Brasileiro.

A própria Constituição, aliás, que garante o Poder de Legislar dos Estados membros sobre saúde. Vejamos o que diz o artigo 23 de nossa Carta Maior:

"Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;"

Na mesma esteira o artigo 24 da Constituição da República Federativa do Brasil afirma que :

"Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

...

V - produção e consumo;

...

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

§1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais;

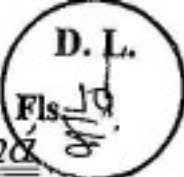
§2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados."

Ar



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Assim explicitamente há a previsão constitucional sobre a capacidade legislativa do Estado na questão de defesa da saúde. Os dois dispositivos constitucionais asseguram que os Estados poderão, allás, deverão, produzir leis que disciplinem a defesa à saúde e que promovem a saúde e o bem estar de sua população.

O presente projeto, desta forma se coaduna com os dispositivos constitucionais de forma harmônica e assim plenamente válida. Passado pelo crivo constitucional passa-se a questionar se o presente Projeto de Lei se contrapõe a outra legislação em vigor.

Não há nenhuma lei que garanta a produção de tabaco com aromatizantes, e assim não há que se falar em ilicitude do presente Projeto de Lei, pois o mesmo vem suplementar a legislação em vigor e, portanto, está plenamente válido diante do ordenamento jurídico.

Se esse não fosse o caso, e se os deputados relatores estivessem com a razão os Tribunais teriam derrubado a lei que proíbe consumo de tabaco em locais fechados, já que, segundo os relatores, caberá EXCLUSIVAMENTE a ANVISA legislar sobre o consumo do tabaco. Mas a legislação estadual que proíbe os fumantes de fazerem uso do tabaco em locais fechados está válida, e plenamente em vigor mesmo após inúmeras tentativas da indústria de derrubar a lei. Os tribunais já deixaram claro que pode o Estado legislar sobre o tema uma vez que é de competência COMUM, e assim não cabe a indústria alegar Inconstitucionalidade, ou seja, diante do assunto similar não há o que se falar em ilicitude do presente projeto de lei.

O Paraná pode e deve prever normas que garantam aos seus cidadãos saúde. Não pode o legislador estadual querer restringir o princípio constitucional Republicano e Federativo, ao argumentar que um ente da administração indireta tem competência natural e inequívoca do Poder Legislativo.

Mais do que assegurar que este Projeto de Lei siga seu trâmite nesta Casa a questão agora toma um fundo muito mais importante, que é resguardar e garantir o Poder de legislar da Assembléia Legislativa do Paraná. Infelizmente a questão é: a assembléia Legislativa entende que a lei federal que criou a autarquia dá a esta o poder de



legislar exclusivamente sobre determinado tema, ou se a Assembléia Legislativa entende que a atividade legislativa é natural e soberana do Poder Representativo do povo traduzido pelos seus deputados.

IV – Conclusão

Diante dos argumentos expostos e da clara necessidade de proteção aos cidadãos paranaenses, além do dever dos parlamentares em garantir instrumentos legais que promovam à saúde, deve o Projeto de lei em tela prosperar, seguir seu trâmite ao ser considerado constitucional e legal.

É o que se solicita e se entende por justo e digno dessa Casa.

Sala das sessões, 16 de agosto de 2011.

LUIZ EDUARDO CHEIDA
Deputado Estadual - PMDB



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Deputado André Bueno



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 465 /11

PROJETO DE LEI Nº 465 /11

**AUTORES: DEPUTADOS LUIZ EDUARDO CHEIDA E DR
BATISTA**

**SÚMULA: PROÍBE A COMERCIALIZAÇÃO DE CIGARROS COM
ADITIVOS QUE DÃO SABORES NO ESTADO DO PARANÁ.**

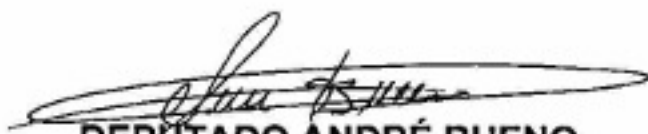
JUSTIFICATIVA

O mentol, e os outros aromatizantes age como indutor e analgésico, para consumidores iniciantes e jovens, tem mais dificuldade de largar o cigarro.

Sendo também considerados viciantes.

CONCLUSÃO

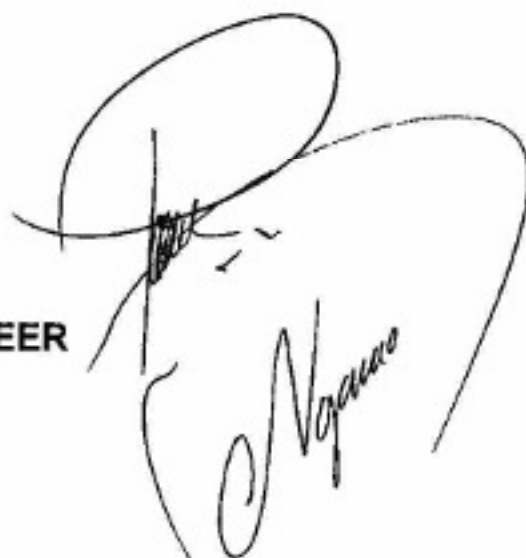
Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL presente projeto de Lei.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER
RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA



PARECER

Projeto de Lei nº 465/11

Autor: Deputado Luiz Eduardo Cheida e Dr. Batista

Súmula: Proíbe a comercialização de Cigarros com aditivos que dão sabores No Estado do Paraná.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, dos Deputados Estaduais Luiz Eduardo Cheida e Dr. Batista, tem como finalidade proibir a comercialização de cigarros com aditivos que dão sabores no Estado do Paraná, sendo que tais aditivos facilitam a iniciação ao cigarro.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto recebeu parecer contrário na CCJ, em face disso, o autor apresentou recurso ao plenário e foi aprovado em discussão única na sessão de 22/11/11.

Em 23 de novembro recebeu parecer favorável da comissão de Indústria e comércio:

Anualmente o consumo de cigarros entre os adultos com mais de 30 anos vem decrescendo, e infelizmente o consumo de tabaco entre a população jovem vem aumentando, e estudos demonstram que um dos motivadores é a adição de sabores aos cigarros.



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

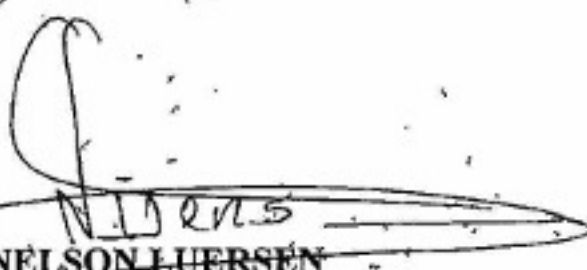
D. L.
33
Fls.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opiná-se pelo **PARECER FAVORÁVEL** ao presente projeto de lei.

Sala de reuniões em 13 de 03 2012

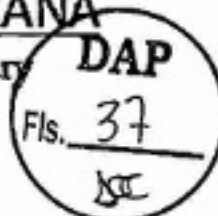

DEPUTADO PRESIDENTE


NELSON LUERSEN
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 465/2011

Projeto de Lei nº 465/11

Autores: Deputado Luiz Eduardo Cheida e Deputado Doutor Batista

SÚMULA: Proíbe a comercialização de Cigarros com aditivos que dão sabores no Estado do Paraná.

EMENTA: DISPÕE SOBRE O COMÉCIO DE CIGARROS COM ADITIVOS DE SABORES NO TERRITÓRIO PARANAENSE. APROVAÇÃO MÉRITO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO:

O presente Projeto de Lei de autoria dos nobres Deputados Luiz Eduardo Cheida e Doutor Batista tem por finalidade proibir a comercialização de cigarros com sabores no Estado do Paraná.

É sabido que esses aditivos são atrativos que facilitam a iniciação principalmente de adolescentes e jovens em idade escolar ao tabagismo.

Pesquisa recente da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP- Fiocruz). Demonstra que o cigarro com sabor é o preferido entre os adolescentes brasileiros que começam a fumar. A coleta dos dados foi feita em 13 capitais e de acordo com os resultados, os jovens que escolhem esse tipo de produto fumam mais e com maior frequência que aqueles que escolhem cigarros sem aditivos.

FUNDAMENTAÇÃO:

Inicialmente é necessário lembrar que o projeto recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, que atribuiu ilegalidade à matéria, por ser esta de competência do Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Posteriormente os autores apresentaram recurso ao Soberano Plenário desta Casa que analisou, votou e aprovou a legalidade da proposta, qualificando a mesma a tramitar normalmente.

R



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

DAP

Fls. 38

No mesmo sentido as Comissões de Indústria e Comércio e de Saúde também opinaram pela aprovação da matéria em seus pareceres técnicos.

Cumpre então salientar que é de competência da Comissão de Agricultura manifestar-se sobre todas as proposições relativas a assuntos que envolvam a agricultura propriamente dita, pecuária, caça pesca, flora, fauna, solo, defesa animal, vegetal, irrigação e insumos, conforme estabelece o Art. 33E do Regimento Interno desta Casa de Leis.

"Art. 33-E Compete à Comissão de Agricultura manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo; defesa animal e vegetal, irrigação e insumos.

- Artigo acrescido pela Resolução no 03 de 27 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da Assembleia, Edição no 34 - 17ª Legislatura, 1ª Seção Legislativa, de 28 de abril de 2011."

CONCLUSÃO

Por ser a matéria de grande importância a sociedade paranaense, principalmente aos nossos jovens, opinamos FAVORÁVELMENTE por sua aprovação e continuidade da tramitação do referido Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das comissões, 09 de abril de 2012.

HERMAS JÚNIOR
Deputado Estadual
Presidente da Comissão de Agricultura

RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto

D. L.
Fls. 02
ec



PROJETO DE LEI Nº 924 / DE 2011

SÚMULA: Inclui no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa do Cabrito Apressado".

Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa do Cabrito Apressado", realizada anualmente, na última semana do mês de maio, no Município de Corumbataí do Sul.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2011.


ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

1452 28/11/2011 009563 DE ANIBELLI NETO DE 10990



JUSTIFICATIVA

A "Festa do Cabrito Apressada" é realizada anualmente no Município de Corumbataí do Sul, dentro das festividades do aniversário de emancipação política do Município, que ocorre no dia 29 de maio.

O preparo da Iguaria começa um dia antes, quando a carne é colocada na cerveja preta. No dia seguinte é levada para o cozimento, que dura cerca de três horas. O prato é servido acompanhado de arroz branco, pirão de farinha de mandioca e salada mista.

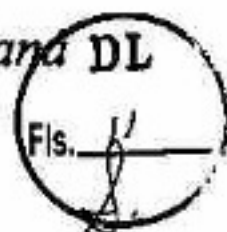
A festa é realizada no Centro de Eventos da cidade e na 6ª edição, realizada em 2011, pelo menos sete mil pessoas passaram por lá durante os três dias do evento.

O evento conta também com a organização de um rodeio profissional, show pirotécnico e shows de música. Além disso, nas últimas edições do evento, comemorou-se também a "Festa do Maracujá", onde produtores rurais do município ofereceram sucos de maracujá, mousse, pudim, entre outros. Todos os produtos são produzidos pela própria associação do Município.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo homenagear a população de Corumbataí do Sul e ajudar na divulgação da referida festa, assegurando que seja incluída no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, razão pela qual conto com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2011.


ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



PARECER AO PROJETO DE LEI 924/11

Projeto de Lei nº 924/11

Autor: Deputado Estadual Antonio Anibelli Neto

Súmula: Inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a "Festa do Cabrito Apressado"

EMENTA: INSERÇÃO NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ. A "FESTA DO CABRITO APRESSADO" NO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTALA. ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Antonio Anibelli Neto, objetiva inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a "Festa do Cabrito Apressado", que se realiza anualmente na última semana do mês de maio.



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, sendo vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

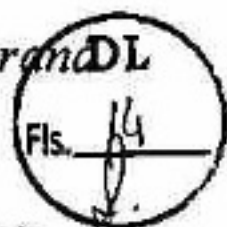
Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

CONCLUSÃO

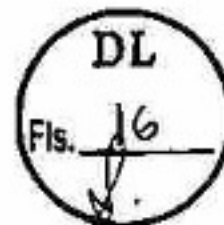
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 924/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual Antônio Anibelli Neto propôs o Projeto de Lei nº 924/2011, com o intuito de incluir, no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa do Cabrito Apressado" a ser comemorada, anualmente, na última semana do mês de Maio.

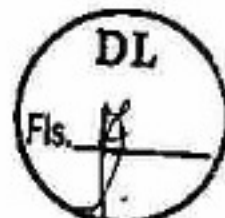
Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Fernando Scanavaca, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, estabeleceu como integrante do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. Assim sendo, resta claro que as comidas típicas inerentes à cultura de determinada localidade, podem e devem ser enquadradas no patrimônio cultural.

Alado a isso, o § 2º do art. 215 da Constituição Federal determinou que: "A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais." Não fosse o bastante, o art. 216 do texto constitucional estabelece que, *in verbis*:



Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, os modos de expressão, criação e viver são inerentes ao patrimônio cultural brasileiro. Uma festa que se destina a comemorar um prato típico que faz parte da cultura de determinada localidade se insere, exatamente, nos modos de expressão e criação e, portanto, como patrimônio cultural imaterial.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental.

III - CONCLUSÃO

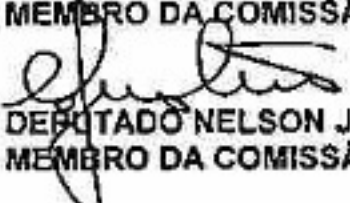
Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.


Curitiba, 25 de abril de 2012.

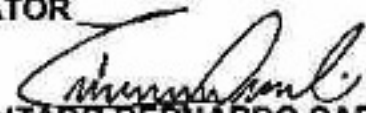

DEPUTADO PERICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE

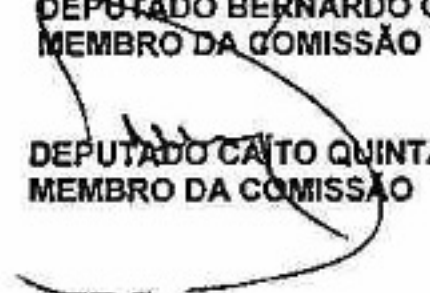

DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO TERUO KATO
RELATOR


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 924/2011

Projeto de Lei nº. 924/2011

Autor: Deputado Aníbelli Neto

Sumula: Inclui no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa do Cabrito Apressado"

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Aníbelli Neto, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial do Estado a "Festa do Cabrito Apressado", realizada anualmente, na última semana do mês de maio, no Município de Corumbataí do Sul.

A festa ocorre desde o ano de 2003 e tal prato foi escolhido através de uma pesquisa do Fórum de Desenvolvimento das Cidades, tendo sido criado no início dos anos 90 pelo comerciante Jurandir Sachuk, que servia o prato aos amigos e clientes, sendo integralmente retirados os ossos da leitos e produzido um saboroso recheio antes de ser levado ao forno. Tal nome é uma homenagem aos pioneiros que trabalhavam na região com erva mate e suíno cultura.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 10/05/2012, tendo como relator o Deputado Fernando Scanavada e da Comissão de Cultura no dia 25/04/2012, tendo como relator o Deputado Terezo Kato, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo




No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer festa com o referido nome.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2012.


DEPUTADO ANÍBELI NETO
Presidente


DEPUTADO PROFESSOR LEMOS
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 02

Projeto de Lei nº 035/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 FEV 2012

1º Secretário

SÚMULA: Denomina trechos de Rodovia conforme
específica.

Art. 1º - Denomina Rodovia Prefeito João de Paula o trecho da PR 485 compreendido entre os os Municípios de Icaraíma e Alto Paraíso, numa extensão de aproximadamente 18 quilômetros.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 2012

Deputado NELSON GARCIA

Gabinete Deputado Nelson Garcia
Gabinete 502 - 5º andar - Fone: 3350-4057/4257
www.nelsongarcia.com.br

15:23 27/02/2012 000919 1º SECRETÁRIO LEGISLATIVO DO MSOR

JUSTIFICATIVA:

A Iniciativa do Deputado Nelson Garcia em fazer a referida homenagem justifica-se pelo fato do Sr. João de Paula, ter sido prefeito da cidade de Icaraima no Noroeste do Estado do Paraná, por dois mandatos primeiramente no período entre 1983 e 1989, e em seguida entre 1993 e 1996.

A população de Icaraima sem dúvida ficará extremamente feliz em poder prestar esta honrosa homenagem ao querido ex-prefeito João de Paula, motivo pelo qual rogamos especial atenção no sentido de deferir o pleito em tela.

Nelson



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER

Projeto de Lei nº 035/2012

Autor: Deputado Nelson Garcia

Súmula: Denomina Trechos da Rodovia conforme específica (Denomina a PR 485 Rodovia Prefeito João de Paula).

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA.
DENOMINAÇÃO DE RODOVIA.
NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA
EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-
EXISTENTE. PARECER DO DER
INFORMANDO QUE O TRECHO A SER
DENOMINADO NÃO POSSUI
DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE.
CONSTITUCIONALIDADE. PARECER
FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Nelson Garcia, tem por objetivo denominar de Prefeito João de Paula, o Trecho da PR 485 compreendido entre os Municípios de Icaraima e Alto Paraíso, tendo como objetivo homenagear o Ex-Prefeito Municipal, tendo em vista sua liderança regional.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Quanto à matéria em tela, tem-se que o art. 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO** determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares. Veja-se:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ainda, ressalte-se que estabelece, o artigo 238, da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos. Veja-se:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a **LEI ESTADUAL Nº. 8761/88** também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais. Veja-se:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Assim, diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM -



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná DL
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Fls. 23

DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 22 de 05 de 2012.

*vice presidente
Cauto Aurélio*

DEP. NELSON JUSTUS *apresenta*

~~PRESIDENTE~~

DEP. ELIO RUSCH
RELATOR

P. Lupian

Ann. Ann.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 035/2012

Projeto de Lei nº 035/2012
Autor: Deputado Nelson Garcia

**Súmula: Denomina trechos de rodovia
conforme específica.**

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 035/12, de autoria do Deputado Nelson Garcia, denomina rodovia Prefeito João de Paula o trecho da PR 485 compreendido entre os municípios de Icaraíma e Alto Paraíso, numa extensão de aproximadamente 18 Km, no Estado do Paraná.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 035/2012**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva prestar uma justa homenagem ao ex-prefeito João de Paula, prefeito de Icaraíma nos mandatos de 1983 a 1989 e em 1993 a 1996, prestando relevantes serviços ao Estado do Paraná.

Cumpre a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

III - CONCLUSÕES

DL
Fls. 26

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal denominação, prestando uma digna homenagem a um cidadão que em muito contribuiu com o crescimento e brilhantes idéias para o Paraná. O Projeto de Lei 035/12 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para seguir tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, já que o projeto objetiva prestar uma homenagem digna a um cidadão que representou bravamente os municípios de Icaraima e Alto Paraíso, trecho compreendido pela rodovia a ser denominada. Restando desta forma, evidentes razões para aprovação desta proposição.

Desta forma opto pelo Parecer favorável ao referido Projeto de Lei 035/12, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 28 de maio de 2012.

MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão

Teruo Kato

Relator

[Assinatura]